



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: ..... <sup>PL</sup>

Nº ..... <sup>180/2018</sup>

Fls. nº .....

Assinatura ..... <sup>8</sup>

ISO 9001

## GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR.

PARECER AO PROJETO DE LEI 180/2018

**AUTORIA:** Vereador Professor Samuel

**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

### PARECER

#### I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 180/2018, de autoria do Vereador Professor Samuel, tal projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

A propositura foi encaminhada à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Manaus, que apresentou parecer desfavorável ao prosseguimento da matéria.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O conteúdo apresentado nesta propositura apresenta entendimento contrário ao Princípio da Livre Iniciativa presente no artigo 170 da Constituição Federal, uma vez que quer obrigar a instalar playgrounds em jardins, parques, clubes, área de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada de uso público, deverá conter brinquedos adaptados para crianças com deficiência, veja-se a seguir o dispositivo supramencionado:

*Art. 170. A **ordem econômica**, fundada na valorização do trabalho humano e na **livre iniciativa**, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*II - propriedade privada;*



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_

Fls. nº \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

ISO 9001

#### IV - livre concorrência;

Sabe-se que para a construção de tais estabelecimentos são firmados contratos particulares entre os interessados e a determinação a respeito do que será construído ou do que será feito no estabelecimento se encontram nos contratos, portanto, criar uma obrigação à parte do que foi estabelecido entre os contratantes viola dois princípios fundamentais que permeiam o estudo dos contratos, tais são: o **Princípio da Autonomia de Vontade** e o **Princípio da Obrigatoriedade da Convenção**.

Sobre o Princípio da Autonomia de Vontade, é o princípio que determina a liberdade de contratar, daí seu surgimento ter sido baseado no individualismo jurídico, típico do Direito Privado. É com base nele que se é livre para: contratar ou não (com exceção no caso das companhias seguradoras relativamente ao seguro obrigatório); optar pelo tipo contratual; optar pelo momento de se contratar; escolher o outro contratante (a não ser nos casos de monopólio); e escolher o conteúdo do contrato (exceção aos contratos de adesão).

A respeito do Princípio da Obrigatoriedade da Convenção, é o princípio do *pacta sunt servanda* ou da obrigatoriedade gerada por manifestações de vontades livres. **O contrato assim firmado só se modificaria com novo acordo de vontades.** Nem mesmo judicialmente poderia pretender-se qualquer modificação nas cláusulas de um contrato, a não ser o reconhecimento de alguma nulidade ou a busca por sua resolução.

O Prof. Dr. Fernando Facury Scaff traz pontuações acerca da liberdade de iniciativa econômica, sobre o que merece destaque:

*"Liberdade de iniciativa econômica decorre de um primado de liberdade, que permite a todo agente econômico, público ou privado, pessoa física ou jurídica, exercer livremente, nos termos das leis, atividade econômica em sentido amplo. Parte de um conceito de liberdade de exercício da profissão, para trabalhadores, e da liberdade do exercício de uma atividade econômica, para empresas."*

Ademais, para que tal iniciativa fosse concretizada seria necessário que estivesse determinada no **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus**, no entanto tal determinação não foi encontrada, portanto, fica prejudicada a intenção apresentada por esta propositura.

A Iniciativa é de fato necessária para a inclusão social das crianças com necessidades especiais, porém obriga a Prefeitura a adquirir tais equipamentos, assim ferindo alguns dos artigos da LOMAN, dentre eles:

**Art. 148: "São Vedados:**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: ..... *PL*

Nº ..... *180/2018*

Fls. nº .....

Assinatura ..... *g/*



*I - o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;*

Ademais, no texto do projeto em tela não está claro qual a secretaria cabe o dever de implementar tais equipamentos, com isso, é necessário lembrar que para a elaboração de leis faz-se necessário o uso adequado da linguagem para se obter uma norma clara e precisa, conforme dispõe o artigo 11 da Lei Complementar nº 95/1998, senão veja-se:

*Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:*

***I - para a obtenção de clareza:***

*a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;*

*c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;*

***II - para a obtenção de precisão:***

*a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;*

*b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;*

Ainda, o Poder Legislativo não poderia imputar ao poder Executivo a criação de atribuições a suas secretarias, como enfatiza o art. 59 da Lei Orgânica do Município de Manaus.

*Art. 59. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:*

*(...)*

*III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;*

*IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município.*

Sendo assim, a presente proposição está eivada de vício de competência e técnica legislativa, tendo em vista que diverge do entendimento do que está disposto na Constituição e na LOMAM.

Pelo exposto, o voto é contrário ao prosseguimento da proposição, uma vez que há divergências quanto ao entendimento disposto nas legislações supracitadas.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 130/2018

Fls. nº .....

Assinatura [assinatura]



### III – VOTO

Ex positis, o voto é **CONTRÁRIO** ao prosseguimento da matéria.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 25 de Fevereiro de 2019.

  
**MARCEL ALEXANDRE**  
Vereador PHS  
Relator